



## ILIBERALISMO NO BRASIL? REFLEXÕES SOBRE AS PROPOSTAS DE GOVERNO BOLSONARISTAS NAS ELEIÇÕES DE 2018 E SUA IMPLEMENTAÇÃO

Mariana Oliveira de Sá\*

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo analisar as propostas de governo apresentadas por Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais no Brasil no ano de 2018, e sua implementação durante o mandato, de modo a identificar características de um projeto de governo iliberal. O problema que guia a investigação é saber se é possível identificar características de um governo iliberal nas propostas apresentadas por Jair Bolsonaro, e quais seriam os principais traços do iliberalismo. Buscou-se apresentar o núcleo ideacional do iliberalismo e correlacioná-lo com o plano de governo de Bolsonaro. A metodologia adotada é a pesquisa exploratória, conciliando a análise bibliográfica com a experimentação social do contexto brasileiro nas eleições de 2018, com as propostas de governo do presidente Jair Messias Bolsonaro. Com os resultados alcançados, foi possível verificar que as características do iliberalismo encontram-se presente, em alguma medida, no movimento bolsonarista, e que tais propostas colocam em risco a integridade do Estado de Direito.

**Palavras-chave:** Bolsonarismo; Eleições Presidenciais; Iliberalismo; Democracia; Estado de Direito.

## ILLIBERALISM IN BRAZIL? REFLECTIONS ON BOLSONARIST GOVERNMENT PROPOSALS IN THE 2018 ELECTIONS AND THEIR IMPLEMENTATION

**ABSTRACT:** This article aims to analyze the government proposals presented by Jair Bolsonaro in the presidential elections in Brazil in 2018, and their implementation during his term, in order to identify characteristics of an illiberal government project. The problem that guides the investigation is whether it is possible to identify characteristics of an illiberal government in the proposals presented by Jair Bolsonaro, and what would be the main features of illiberalism. We sought to present the ideational core of illiberalism and correlate it with Bolsonaro's government plan. The methodology adopted is exploratory research, reconciling the bibliographic analysis with the social experimentation of the Brazilian context in the 2018 elections, with the government proposals of President Jair Messias Bolsonaro. With the results achieved, it was possible to verify that the characteristics of illiberalism are present, to some extent, in the Bolsonarist movement, and that such proposals put the integrity of the rule of law at risk.

**Keywords:** Bolsonarism; Presidential elections; Illiberalism; Democracy; Rule of law.

### 1 INTRODUÇÃO

\* Doutoranda em Filosofia do Direito pela UFMG. Mestre em Filosofia do Direito pela UFMG. Especialista em Direito Constitucional. Bolsista CAPES. Advogada. E-mail: marianaoliveiradesa@yahoo.com.





Desde a ruptura institucional de 2016, com o impeachment da Presidenta eleita Dilma Rousseff, reconhecida como um golpe, e a assunção de poder pelo vice-presidente Michel Temer, diversas medidas polêmicas foram adotadas, como a aprovação da Lei nº 13.467, conhecida por Reforma Trabalhista, que passou a vigorar em 11 de novembro de 2017, trazendo consigo a restrição de direitos sociais.

Uma onda de conservadorismo tomou conta das ruas. Sob a alegação de necessidade de combate a corrupção, diversas figuras emblemáticas ganharam o cenário nacional, como o então juiz federal Sérgio Moro, o procurador federal Deltan Dallagnol e o atual presidente Jair Messias Bolsonaro.

O projeto de um novo Brasil ganhou cada vez mais adeptos, e a direita brasileira assumiu espaço importante nos rumos da democracia no país, com pautas de uma economia mais liberal, da família como centro de proteção do Estado, de Deus como “comandante do barco”, de se afastar uma nova ameaça comunista da esquerda, da luta contra a identidade de gênero e outras pautas dos movimentos populares de grupos minoritários como mulheres, negros e homossexuais.

Ao defender essas pautas, o atual presidente Jair Bolsonaro foi eleito em 2018, tendo tentado a reeleição em 2022, contudo, sem êxito, uma vez que o candidato de esquerda Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, saiu vencedor do pleito.

Diante desse cenário, o presente artigo busca perquirir: Quais são os principais traços do iliberalismo? É possível identificar características de um governo iliberal nas propostas apresentadas por Jair Bolsonaro? O objetivo central é apresentar o núcleo ideacional do iliberalismo e correlacioná-lo com o plano de governo de Bolsonaro.

Parte-se da hipótese de que o iliberalismo não é uma corrente homogênea, mas que há algumas características básicas que definem a ideologia e que podem ser utilizadas para a análise do plano de governo bolsonarista de 2018, de modo a verificar que o mesmo adota uma proposta iliberal, que coloca em risco a integridade do Estado Democrático de Direito.

A metodologia adotada é a pesquisa exploratória, conciliando a análise bibliográfica com a experimentação social do contexto brasileiro nas eleições de 2018. Utiliza-se como marco teórico a ideia de iliberalismo da autora Ruzha Smilova (2022), em seu artigo *The Ideational Core of Democratic Illiberalism*.

Para se alcançar o objetivo proposto, o presente artigo se estrutura da seguinte forma: a) inicialmente apresenta-se uma tentativa de conceituação e caracterização do iliberalismo; b) em um segundo momento, apresenta as principais propostas de governo de Bolsonaro nas eleições de 2018; c) feito isso, apresenta-se uma análise crítica das propostas de governo à luz das ideias do iliberalismo; d) por fim, apresenta-se as conclusões e as referências bibliográficas.

## 2 CONCEITUANDO E CARACTERIZANDO O ILIBERALISMO

O termo iliberalismo foi utilizado inicialmente por Zakaria (1997), referindo-se aos regimes que se utilizam de eleições populares para sua legitimidade, buscando-se revestir do caráter democrático, mas que não se alinham a outras características democráticas e liberais, tais como o Estado Democrático de Direito e a proteção dos direitos das minorias.

De acordo com Smilova (2022), seu surgimento está ligado à concepção de que a democracia iliberal é uma reação contra os supostos excessos do liberalismo, isso porque os cidadãos em algumas democracias liberais expressam insatisfação com os governos democráticos e suas instituições representativas, tais como os partidos políticos e os parlamentos, e até mesmo com o sistema democrático como um todo, notadamente o apoio aos direitos das minorias.



Segundo Meyer (2022), o iliberalismo não se confunde com o autoritarismo, já que pressupõe eleições competitivas e um grau mínimo de liberdades e instituições constitucionais funcionando. O autor destaca, citando Laruelle (2022) que o iliberalismo é uma ideologia formada nas últimas duas ou três décadas, pautando-se no conservadorismo e em políticas populistas de extrema-direita. Importante destacar a advertência de Laruelle (2022) ao apresentar o conceito de iliberalismo:

O iliberalismo é usado como uma classificação difusa e inconsistente, uma maneira intuitiva de descrever ideologias e práticas que divergem do liberalismo – entendidas da mesma maneira frouxa e inata – sem ser inteiramente identificável com autoritarismo ou ditadura: o iliberalismo situa-se em algum lugar no meio de um *continuum* da democracia para a não-democracia, descrevendo um movimento da primeira para a segunda. No entanto, além dessa plasticidade, o iliberalismo demonstrou alguma liderança ideológica ao desafiar a suposta inevitabilidade histórica do liberalismo e nos convidar a descentralizar nossos valores e políticas a partir dele (LARUELLE, 2022, p. 303) (tradução nossa).

Tal advertência é importante para compreender que o iliberalismo é um caminho para um governo não democrático, que se desocupa das pautas centrais de efetivação de direitos das minorias, e que se apresenta como de difícil conceituação ou caracterização. Assim, Laruelle (2022) apresenta o seguinte conceito:

1/iliberalismo é um novo universo ideológico que, mesmo que doutrinariamente fluido e contextualizado, é até certo ponto coerente; 2/ representa um retrocesso contra o liberalismo de hoje em todos os seus variados roteiros – político, econômico, cultural, geopolítico, civilizacional – muitas vezes em nome de princípios democráticos e graças a eles (conquistando o voto popular); 3/ propõe soluções majoritárias, nacionalistas ou soberanas, privilegiando as hierarquias tradicionais e a homogeneidade cultural; e 4/ exige uma mudança da política para a cultura e é pós-moderna em suas reivindicações de enraizamento em uma era de globalização (LAURELLE, 2022, p. 304) (tradução nossa).

Smilova (2022), reflete se o iliberalismo é uma ideologia distinta e autônoma, em vez de apenas um conjunto de críticas às múltiplas deficiências do liberalismo contemporâneos. E é a partir das conclusões dessa autora que se parte o presente artigo, para verificar a presença do iliberalismo no Brasil.

Para definir se o iliberalismo é uma nova ideologia emergente, Smilova (2022, p. 178) demonstra que há a presença de elementos antigos que estruturam a ideia de iliberalismo, que são semelhantes as utilizadas em uma estrutura democrática, porém, tal ideologia possui um potencial de subverter os regimes democráticos, tornando-se uma séria ameaça à democracia.

Segundo a autora, é apenas por utilizar um “atraente manto democrático”, que o iliberalismo consegue levar à erosão os valores e instituições democráticas liberais, que, paulatinamente, são substituídos por direitos e liberdades não liberais, havendo o consequente desmantelamento das instituições liberais destinadas a salvaguardar esses direitos e liberdades (SMILOVA, 2022, p. 178).

O que Smilova (2022) pretende é fornecer uma visão geral das múltiplas fontes teóricas do iliberalismo, desde os extremos ideológicos de esquerda radical aos extremos da direita conservadora, para descrever como os regimes não liberais transformam essas críticas em práticas de erosão gradual das instituições e valores democráticos liberais, fornecendo o núcleo ideacional do iliberalismo democrático como um “novo e desconhecido gênero de ideologia”.

## 2.1 Como surge o iliberalismo?

Ao examinar as ideias de teóricos diversos, como Rupnik (2007), Rupnik e Zielonka (2012), Diamond (2015), Foa e Mounk (2016) e Daly (2019), Smilova (2022) constata que a atual crise da democracia liberal é a principal fonte de apelo ao iliberalismo.

Para Smilova (2022), o iliberalismo surge do próprio sucesso do liberalismo, que não foi contraposto por nenhum outro regime, sendo colapsado por uma série de crises econômicas, políticas e sociais, colocando um fim abrupto à hegemonia liberal incontestada. Assim, os excessos do liberalismo (suas formas neoliberais econômicas, cosmopolitas ou identitárias), contribuem para uma reação populista, que aparece tanto como uma crítica radical da esquerda ao liberalismo (sob o argumento de empobrecimento da democracia, que é reduzida a uma mistura de eleições livres e direitos humanos sem políticas públicas) como uma crítica da direita radical (levando a um iliberalismo autoritário, desrespeitando os direitos das minorias e levando a igualdade à erosão).

Como se não bastasse, há uma regressão democrática quando o liberalismo se apresenta radicalmente individualista e atomista, impondo costumes sociais liberais às custas de outros valores substantivos, o que leva à limitação da liberdade, ao invés de sua expansão, tornando o liberalismo uma forma de totalitarismo, dando lugar ao iliberalismo como uma solução, baseada nas premissas de “justiça social, soberania nacional e valores tradicionais” (SMILOVA, 2022, p. 181).

Destaca Smilova (2022, p. 183), que essa revolução caminha para instrumentalizar as instituições liberais, promovendo valores e propósitos não liberais, surgindo um modelo onde há um executivo forte e uma burocracia leal que promovem uma concepção abrangente de bem comum, em detrimento da autonomia individualista – há a recessão democrática.

A erosão dos valores liberais, como menos apoio aos direitos das minorias e liberdades, enfraquecimento do estado de direito e da separação de poderes, tornam-se características marcantes de um retrocesso da democracia, com a conseqüente decadência democrática, um terreno fértil para o iliberalismo.

É importante destacar que os governos iliberais negam que seus regimes não sejam democráticos, partindo do pressuposto de uma legalidade democrática, cujo governo é eleito pelo voto popular, para restaurar a democracia perdida. Nesses governos, entende a população que a prosperidade econômica, a segurança, a preservação do orgulho nacional são mais importantes do que a liberdade individual ou direitos das minorias.

## 2.2 Caracterizando o iliberalismo como uma nova ideologia

Smilova (2022) parte da concepção de que o iliberalismo é uma ideologia que é desenvolvida especificamente para a era radical da democracia, conciliando conceitos, valores e ideias desenvolvidos por antiliberais, em um novo contexto.

Os iliberais tentam desacreditar a democracia liberal, mostrando que o iliberalismo é mais fiel aos valores democráticos do que a democracia liberal. Mas pouco se desenvolveu sobre o iliberalismo como ideologia, embora existam muitos estudos sobre o populismo, e atualmente muitos regimes identificados como democracias iliberais são definidos como populistas (SMILOVA, 2022, p. 190).

Assim, para que o iliberalismo se apresente como uma ideologia distinta das demais é preciso que o mesmo: a) exiba um padrão recorrente; b) seja detido por um grupo significativo de pessoas; d) compita pela elaboração e controle de planos e políticas públicas; e) faça isso



com o objetivo de justificar contestar ou mudar os arranjos e processos sociais e políticos de uma comunidade política (SMILOVA, 2022, p. 191).

Novamente, é importante destacar que Smilova (2022) assevera que pode haver dúvidas de ser o iliberalismo uma ideologia, ou apenas um grupo de reações aos vários defeitos percebidos do liberalismo, por isso, ela realiza um esboço das características centrais compartilhadas por esses regimes para caracterizar o iliberalismo como uma ideologia.

Para a autora, há ideias que podem ser consideradas como o núcleo ideacional do iliberalismo. Veja-se:

- (1) Soberania popular irrestrita: nem na política externa nem na política interna, nem externamente nem internamente, como o direito internacional dos direitos humanos, a proteção constitucional dos direitos individuais e das minorias e os instrumentos de estado de direito – podem limitar a vontade geral, fonte última do poder político.
- (2) Anti-individualismo e anti-pluralismo do “bem comum” etnonacionalista: a comunidade etnonacional (organizada em um estado-nação homogêneo etnicamente definido), com sua identidade compartilhada, interesses comuns e deveres coletivos, goza de prioridade estrita sobre os indivíduos com seus interesses, direitos e escolhas.
- (3) Anti-globalismo antiliberal: a prosperidade do Estado-nação pode exigir: (a) protecionismo agressivo da economia nacional em vez da livre concorrência nos mercados globais abertos; e (b) redistribuição (eticizada) visando à coesão social (SMILOVA, 2022, p. 193) (tradução nossa).

Essas características centrais não estão igualmente presente em regimes democráticos iliberais reais existentes, alerta Smilova (2022), mas há um elemento importante entre eles que é a estratégia política e discursiva de encorajar a aprofundar a polarização política e social, que tem como resultado a corrosão das instituições liberais e das normas democráticas.

Algumas dessas características também estão presentes nas ideias de Laruelle (2021):

- (1) O iliberalismo é um novo universo ideológico que, mesmo se doutrinariamente fluido e contextualizado, é até certo ponto coerente. (2) Representa uma reação contra o liberalismo de hoje em todos os seus variados roteiros – político, econômico, cultural, geopolítico, civilizacional – muitas vezes em nome de princípios democráticos e conquistando o apoio popular. A mudança do adjetivo “iliberal” para o substantivo “iliberalismo” – raramente notado pelos estudiosos – força uma mudança do status subordinado (em “democracia iliberal”, iliberal meramente modifica a ampla categoria de “democracia”) para reivindicar alguma forma de coerência que legitimaria seu status de -ismo. (3) Propõe soluções majoritárias, nacional-cêntricas ou soberanas, privilegiando as hierarquias tradicionais e a homogeneidade cultural. Propõe restaurar a soberania nacional em várias esferas: internacionalmente, rejeitando instituições supranacionais e multilaterais em favor do Estado-nação soberano; economicamente, denunciando a ortodoxia neoliberal e promovendo o protecionismo no nível do Estado-nação (enquanto ao mesmo tempo, quando no poder, às vezes implementa reformas neoliberais); e culturalmente, rejeitando o multiculturalismo e os direitos das minorias em favor do majoritarismo. Esse majoritarismo avança uma visão “tradicional” das relações de gênero (o que se define como “tradicional” abrangendo uma vasta gama de práticas dependendo do contexto local) e uma visão de nação que – seja essencialista e nativista ou assimilacionista – toma do nacionalismo a divisão entre *Gemeinschaft* e *Gesellschaft* e vê a última apenas como o produto da primeira. (4) Por último, mas não menos importante, exige uma mudança da política para a cultura e é pós-pós-moderna em suas reivindicações de enraizamento em uma era de globalização (LARUELLE, 2021, p. 309) (tradução nossa).



O núcleo ideacional do iliberalismo encontra-se presente de forma variada nos casos existentes de governos iliberais, e apesar de suas diversas fontes ideológicas, apresenta esse núcleo com consistência interna suficiente para sustentar um centro ideológico coerente. Por exemplo, destaca Smilova (2022) que, na Europa, há algumas características comuns do iliberalismo:

- a) A ideia de uma vitimização nacional (que leva à ideia de uma comunidade etnonacional);
- b) A presença de um líder forte (que exerce o poder em seu nome, sem mediações institucionais);
- c) A utilização de mecanismos de participação popular, como as consultas nacionais, para afirmar a sua ideia de poder ilimitado confirmado pelo povo;
- d) A concentração de recursos financeiros no partido do governante, que passa a expressar a vontade autêntica e servir ao interesse verdadeiro do povo;
- e) A missão de restaurar a nação à sua glória perdida, declarando a prioridade absoluta dos interesses nacionais sobre quaisquer normas e valores universais;
- f) A presença do anti-pluralismo nacionalista, erigindo uma comunidade nacional autêntica, excluindo os grupos minoritários;
- g) A presença de um Estado intervencionista e paternalista, impulsionado por valores comunitários tradicionais;
- h) Apoio às políticas rígidas de lei e de ordem, com a repressão da criminalidade e adoção de medidas de respeito à autoridade;
- i) Guerra contra o politicamente correto e a adoção de disseminação de notícias falsas (SMILOVA, 2022, p. 194-197).

Depreende-se, assim, que os regimes iliberais surgem da análise de ideias, políticas e estratégias discursivas centrais, que servem de um modelo político para a transformação das comunidades políticas em não liberais. Pode não haver uma coerência total entre os modelos existentes de iliberalismos, mas há um núcleo ideacional adaptável aos diferentes contextos. Diante disso, analisar-se-á, a seguir, se algumas dessas características no núcleo ideacional do iliberalismo encontram-se presentes no contexto brasileiro.

### **3 PROJETOS BOLSONARISTAS PARA O BRASIL: UM PANORAMA DO PLANO DE GOVERNO DE 2018**

Jair Mesias Bolsonaro não era figura desconhecida da política brasileira no ano de 2018, o mesmo ocupou por anos o cargo de deputado federal. Embora não tenha apresentado proposta legislativa de efeito significativo, sempre causou polemicas com seus discursos machistas e em defesa de torturadores do período da ditadura militar.

Seu plano de governo, lançado em 2018, foi denominado “O CAMINHO DA PROSPERIDADE”, e teve como slogan: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Sua apresentação do plano de governo já revela as propostas para o Brasil:

Propomos um governo decente, diferente de tudo aquilo que nos jogou em uma crise ética, moral e fiscal. Um governo sem toma lá-dá-cá, sem acordos espúrios. Um governo formado por pessoas que tenham compromisso com o Brasil e com os brasileiros. Que atenda aos anseios dos cidadãos e trabalhe pelo que realmente faz a diferença na vida de todos. Um governo que defenda e resgate o bem mais precioso de qualquer cidadão: a Liberdade. Um governo que devolva o país aos seus verdadeiros donos: os brasileiros (BOLSONARO, 2018, p. 2).



Nessa introdução, é possível perceber que há a defesa de nacionalismo, pautado na defesa da liberdade e na supremacia do interesse nacional, características do iliberalismo. A preocupação em demonstrar o viés democrático do governo também apareceu como diretriz do plano de governo:

A forma de mudarmos o Brasil será através da defesa das leis e da obediência à Constituição. Assim, NOVAMENTE, ressaltamos que faremos tudo na forma da Lei!

- Qualquer forma de diferenciação entre os brasileiros não será admitida.
- Todo cidadão terá seus direitos preservados.
- Todo cidadão, para gozar de seus plenos direitos, deve obedecer às leis e cumprir com seus deveres (não matar, não roubar, não participar de falso testemunho, não sonegar impostos, etc.).
- Qualquer pessoa no território nacional, mesmo não sendo cidadã brasileira, tem direitos inalienáveis como ser humano, assim como tem o dever de obedecer as leis do Brasil (BOLSONARO, 2018, p. 6).

O plano de governo buscou demonstrar que alinharia os princípios liberais e democráticos na defesa dos interesses dos cidadãos brasileiros, mas já elegeu qual cidadão seria objeto de proteção – o famoso “cidadão de bem”, que é a figura típica criada para se dirigir ao cidadão que se pauta pela defesa de valores tradicionais.

A luta contra o inimigo externo – o comunismo, foi lançada com a ideia de que “nossa bandeira nunca será vermelha”: “Nos últimos 30 anos o marxismo cultural e suas derivações como o gramscismo, se uniu às oligarquias corruptas para minar os valores da Nação e da família brasileira. Queremos um Brasil com todas as cores: verde, amarelo, azul e branco” (BOLSONARO, 2018, p. 8). A proposta de uma revolução cultural, para libertar do inimigo da esquerda, também foi pauta apresentada:

O Brasil passará por uma rápida transformação cultural, onde a impunidade, a corrupção, o crime, a “vantagem”, a esperteza, deixarão de ser aceitos como parte de nossa identidade nacional, POIS NÃO MAIS ENCONTRARÃO GUARIDA NO GOVERNO (BOLSONARO, 2018, p. 15).

As linhas de governo eleitas foram a segurança e o combate à corrupção, que ganharam força com os escândalos da Operação Lava-Jato envolvendo o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. O que se fará agora é a demonstração da implementação deste plano de governo na prática, com o apontamento das principais medidas adotados por Bolsonaro durante o seu mandato, relacionando-as com as características do iliberalismo.

#### **4 BOLSONARISMO E ILIBERALISMO: CAMINHOS PARA UM ROMPIMENTO DEMOCRÁTICO?**

O núcleo ideacional do iliberalismo é pautado na soberania popular irrestrita, a criação de uma comunidade etnonacionalista e o antiglobalismo. Na proposta de Bolsonaro, essas características começam a ser evidenciadas, e se implementam ao longo do seu mandato.

Primeiro, a vontade geral foi elemento norteador do plano de governo – a soberania da decisão do povo brasileiro na definição dos rumos de sua vida, em defesa da liberdade, da família e da propriedade. Durante seu mandato, essa característica também se evidenciou em diversos exemplos, cita-se aqui a questão ambiental de proteção da Floresta Amazônica, que é



patrimônio da humanidade e tutelada pelo direito internacional dos direitos humanos, mas que foi negligenciada durante todo o governo, negando-se o auxílio internacional, sob o argumento de se tratar de um assunto de soberania nacional<sup>1</sup>.

A ideia de uma comunidade etnonacionalista também é traço marcante do governo Bolsonaro. Criou-se uma polarização social dos camisas verde-amarela, erigidos como os brasileiros legítimos, alinhados à política do governo, em face dos grupos minoritários da sociedade – mulheres, negros e homossexuais são excluídos do contexto político, e mais que isso, são alvos constantes de negligenciamento e de discurso de ódio<sup>2</sup>. A política antiglobalista foi adotada também nos quatro anos de mandato de Bolsonaro, isso ao adotar uma política externa apenas para manter sua base aliada, e não expandir os mercados e os negócios<sup>3</sup>.

Devido à dificuldade de se construir um núcleo de características do iliberalismo, essas três premissas direcionam para a configuração de ao menos uma proposta liberal, mesmo que revestida de caráter democrático, pela validação do governo pelas eleições populares.

Outras características do iliberalismo também se encontram presentes no governo Bolsonaro. A ideia de uma vitimização social, erigida sob a premissa de que o povo brasileiro foi vítima da esquerda e do governo do PT ao longo dos anos, e que precisa resgatar sua liberdade - "Essa turma, se quiser ficar aqui, vai ter que se colocar sob a lei de todos nós. Ou vão para fora ou vão para a cadeia. Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria" (DW MADE FOR MINDS, 2018).

A presença de um líder forte, já que o governo foi centralizado na figura de Bolsonaro, que muitas vezes apresentou postura institucional em desrespeito aos demais poderes, com inflamação contra os ministros do Supremo Tribunal Federal – o que ficou mais tenso com o aproximar das eleições presidenciais de 2022<sup>4</sup>.

Outra característica marcante do iliberalismo presente no governo Bolsonaro foi a concentração de recursos financeiros no partir do governante. Houve até a criação do chamado “Orçamento Secreto”, divulgado pelo jornal O Estado de São Paulo, que consistiu na liberação de mais de R\$30 bilhões do governo para parlamentares aliados em busca de apoio para as eleições da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Segundo Pires (2022), tal distribuição de recursos beneficiava deputados e senadores alinhados com as pautas dos governos, por meio das emendas parlamentares, cujo nome do parlamentar que registrou o pedido bem como o destino dos recursos não eram divulgados, por isso o nome de secreto para tal orçamento. Ressalta-se que fora aprovado até um projeto de lei para dar ares de legalidade ao orçamento secreto.

Não se pode deixar de mencionar que o governo Bolsonaro também foi marcado pelo paternalismo, na defesa de valores tradicionais, principalmente ligados a educação social, levantando a bandeira da defesa contra a ideologia de gênero. No seu discurso de posse, em 1º de janeiro de 2019, Jair Bolsonaro, diante do Congresso Nacional, reafirmou seu compromisso de “reerguer a pátria” pela perspectiva conservadora e cristã. Ele disse: “Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia

<sup>1</sup> Mais informações em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/19/politica/1563564011\\_297794.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/19/politica/1563564011_297794.html). Acesso em: 9 nov. 2022.

<sup>2</sup> Sobre essa temática, vide: <https://noticias.uol.com.br/colunas/chico-alves/2022/07/26/bolsonaro-sugerir-fuzilar-petistas-e-pior-que-discurso-de-odio-e-incitacao.htm>. Acesso em: 9 nov. 2022.

<sup>3</sup> Para saber mais, consulte: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,politica-antiglobalista-de-bolsonaro-tem-um-preco,70003568982>. Acesso em: 9 nov. 2022.

<sup>4</sup> A reportagem a seguir traça uma linha do tempo da tensão entre Bolsonaro e o STF: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/linha-do-tempo-a-escalada-da-tensao-entre-stf-e-bolsonaro-em-um-mes/>. Acesso em: 9 nov. 2022.



de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre de amarras ideológicas” (BOLSONARO, 2019).

Durante o governo Bolsonaro, como mencionado, a bandeira de defesa da repressão à criminalidade foi uma das principais levantadas, e com ela veio o Pacote Anticrime, Lei nº 13.964 de 24/12/2019, que trouxe importantes alterações na legislação penal e processual penal, como, por exemplo, a inclusão de excludente de ilicitude por legítima defesa a conduta do agente de segurança pública que repele agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes (BRASIL, 2019).

Todavia, a disseminação de Fake News pode se apresentar como uma das principais características do iliberalismo do governo Bolsonaro. De acordo com Moraes (2022):

[...] desde as eleições presidências de 2018 lançou mão de uma estratégia de guerra ideológica aproveitou-se do Bigdata, da inteligência artificial para disparar conteúdos em massa em suas redes sociais. Desfrutou da “digitalização da vida” numa dimensão totalitária de comunicação, isto é, de um canal único produzido por grandes grupos que controlam os dados e informações dos usuários das redes sociais como Google (Youtube); Facebook (WhatsApp, Instagram); e Twitter (MORAIS, 2022, p. 100).

Uso de robôs e algoritmos, criação de contas falsas, disseminação de Fake News por meio de apoiadores, como Carla Zambelli, Bia Kicis e Nikolas Ferreira, que tiveram as contas das redes sociais suspensas pela divulgação de desinformação.

Ao menos dez características do núcleo ideacional do iliberalismo estão presentes na proposta de governo de Bolsonaro apresentada em 2018 e executada entre 2019 e 2022, colocando em risco a saúde da democracia e manifestando um retrocesso na defesa dos direitos das minorias.

#### 4.1 Orçamento Secreto: proposta iliberal e atuação do STF

Como dito alhures, uma das características do iliberalismo presente no governo Bolsonaro foi a concentração de recursos financeiros no partir do governante. Isso se consolidou com a criação do “Orçamento Secreto”. No âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 854, o Supremo Tribunal Federal analisou a legalidade da execução do Orçamento Secreto, oportunidade em que poderia traçar balizas ao governo iliberal, na defesa do Estado de Direito.

Ocorre que, por maioria de 8 votos a 2, sob relatoria da ministra Rosa Weber, o plenário do STF concedeu autorização para a execução das despesas do orçamento, chamadas de “emenda do relator”. Tais emendas são utilizadas para alterar o orçamento anual, acrescentando, suprimindo ou modificando itens para que os compromissos dos congressistas junto ao eleitorado sejam cumpridos. Como já relatado, tudo indica que tais emendas beneficiavam, em grande parte, os parlamentares aliados do governo, fortalecendo as características de um governo iliberal.

Por meio do Orçamento Secreto, é possível manipular o uso do dinheiro público sem a devida transparência, beneficiando determinados parlamentares em detrimento de outros. Por isso, ao ser noticiado sua execução, a ministra Rosa Weber solicitou informações à Bolsonaro, ao Senado, à Câmara dos Deputados e ao ministro de Estado do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, no que se refere às emendas realizadas na Lei Orçamentária Anual de 2021, tendo suspenso a execução do orçamento secreto.

Ocorre que, após a análise das informações recebidas, Rosa Weber votou pelo afastamento dos efeitos da suspensão da execução do Orçamento Secreto, sob o argumento que haveria risco para a paralização de serviços públicos essenciais, já que cerca de metade das verbas autorizadas pelas emendas eram destinadas ao custeio dos serviços de atenção básica e assistência hospitalar.

Decisão: O Tribunal, por maioria, referendou a decisão na qual, acolhendo o pedido formulado pelos Senhores Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, foi concedida a medida cautelar requerida, para afastar a suspensão determinada pelo item “c” da decisão anteriormente proferida, autorizando, dessa forma, a continuidade da execução das despesas classificadas sob o indicador RP 9, devendo ser observadas, para tanto, no que couber, as regras do Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 2021, e a Resolução nº 2/2021-CN, nos termos do voto da Relatora, vencidos os Ministros Edson Fachin e Cármen Lúcia. Falou, pelo requerente, o Dr. André Maimoni. Plenário, Sessão Virtual Extraordinária de 14.12.2021 a 16.12.2021 (BRASIL. Supremo Tribunal Federal, 2021).

Por meio de uma decisão eminentemente utilitária, o Supremo Tribunal Federal referendou a execução do popularmente chamado Orçamento Secreto, sob a premissa de que “os fins justificam os meios”, já que, para se garantir a execução de serviços públicos, autorizou-se a execução de um projeto cuja transparência é questionada, além do que beneficia parlamentares aliados ao governo, em detrimento da oposição. Trata-se de uma perspectiva iliberal de governo, referendada pelo próprio Poder Judiciário.

## 5 CONCLUSÃO

O objetivo central do presente trabalho consistiu em apresentar o núcleo ideacional do iliberalismo, para buscar uma correlação entre o plano de governo de Bolsonaro, apresentado em 2018, bem como o exercício do seu mandato, com as ideias iliberais que tem ganhado o cenário político contemporâneo.

Através de uma pesquisa exploratória, com o tratamento dos dados coletados de forma crítica e descritiva, foi possível confirmar a hipótese de pesquisa levantada, de que o iliberalismo não é uma corrente homogênea, mas que há algumas características básicas que definem a ideologia e que se encontram presentes plano de governo bolsonarista de 2018, bem como sua execução de 2019 a 2022, o que colocou em risco a integridade do Estado Democrático de Direito.

De acordo com o referencial teórico adotado na pesquisa, três características compõem o grupo ideacional do iliberalismo: soberania popular irrestrita, a criação de uma comunidade etnonacionalista e o antiglobalismo.

Além disso, algumas características complementares podem estar presentes, como vitimização nacional, a presença de um líder forte, a utilização de mecanismos de participação popular para a afirmação do poder ilimitado, a concentração de recursos financeiros no partido do governante, a prioridade absoluta dos interesses nacionais sobre valores universais, a exclusão de grupos minoritários, o impulso de valores tradicionais, a defesa de políticas rígidas de repressão da criminalidade, a guerra contra o politicamente correto e a disseminação de Fake News.

O bolsonarismo surgiu no Brasil levantando a bandeira de uma nova política, pautada em ideais liberais, nos valores tradicionais e cristãos, no nacionalismo e na tolerância zero com



a criminalidade e a corrupção. Levantou-se a defesa do patriotismo, com a eleição de um inimigo nacional – a esquerda e o Partido dos Trabalhadores.

Todas essas pautas levaram a um governo excludente para as minorias, intolerante, não com a corrupção, mas com a diversidade e o pluralismo. Assim, tal governo acabou por apresentar o núcleo ideacional do iliberalismo na prática.

A soberania nacional irrestrita se manifestou em violação as normas de direito internacional, como a proteção do meio ambiente. A perspectiva etnocentricista se tornou presente com a polarização social, com a exclusão de grupos minoritários como mulheres, negros e homossexuais. A política antiglobalista isolou a economia nacional do resto do mundo. A vitimização social se apresentou na guerra contra o inimigo interno – a esquerda, o comunismo, o PT. A centralização do governo na figura de Bolsonaro trouxe a crise institucional com os demais poderes, principalmente o Judiciário. A criação do orçamento secreto condensou recursos nas mãos dos aliados para atender as pautas do governo. O paternalismo eclodiu com a defesa dos valores da família tradicional, e em uma guerra ideológica notadamente voltada para questões de gênero. A repressão com a criminalidade culminou com a criação do Pacote Anticrime, Lei nº 13.964 de 24/12/2019, que trouxe alterações que marcam um direito penal mais excludente e discriminatório. A máquina de Fake News criada trouxe a desinformação em níveis alarmantes.

Tudo isso demonstra os perigos que a democracia sofreu em tal período de governo, até porque, mesmo adotando um argumento democrático para sua validação, se demonstrou um constante perigo para os direitos das minorias, bem como para os fundamentos de uma democracia liberal.

A resposta popular para tal perspectiva ideológica veio na eleição de 2022, nas urnas, com a eleição do candidato de esquerda, já eleito outras duas vezes como presidente da república, Luís Inácio Lula da Silva, que levantou a bandeira de defesa da democracia e de suas instituições. Contudo, o resultado apertado e o questionamento da regularidade das eleições pelos apoiadores de Bolsonaro indicam mais um período de divisão nacional do que reconciliação.

A democracia do Brasil, mesmo que jovem, ainda respira com a ajuda de aparelhos. Ainda é preciso de uma vigilância constante e uma defesa do Estado de Direito para que se consiga alcançar a igualdade e a justiça social.

## REFERÊNCIAS

BOLSONARO, Jair Messias. **Discurso de posse, em 1º de janeiro de 2019**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-cerimonia-de-posse-no-congresso.shtml>. Acesso em: 9 nov. 2022.

BOLSONARO, Jair Messias. **Plano de governo 2018**. Disponível em: [https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta\\_1534284632231.pdf](https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf). Acesso em: 9 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.964, de 24 de dezembro 2019**. Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/31865675>. Acesso em: 9 nov. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 854**. Relatora: Ministra Rosa Weber, Publicado em 18 de março de 2022.





Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6199750>. Acesso em: 21 nov. 2022.

DALY, Tom Gerald. Democratic Decay: Conceptualising an Emerging Research Field. **Hague Journal on the Rule of Law**, n. 11, v. 1, p. 9-36, 2019.

DIAMOND, Larry. Facing up to the Democratic Recession. **Journal of Democracy**, v. 26, n. 1, p. 141-155, 2015.

DW MADE FOR MINDS. **Bolsonaro em 25 frases polêmicas**. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/bolsonaro-em-25-frases-pol%C3%AAmicas/a-46065201>. Acesso em: 9 nov. 2022.

ESTADÃO. **O material jornalístico produzido pelo Estadão é protegido por lei**. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,leia-todas-as-reportagens-sobre-o-orcamento-secreto,70003719972>. Acesso em: 9 nov. 2022.

FOA, Roberto Stefan; MOUNK, Yascha. The Danger of Deconsolidation: The Democratic Disconnect. **Journal of Democracy**, v. 27, n. 3, p. 5-17, 2016.

LARUELLE, Marlene. Illiberalism: a conceptual introduction. **East European Politics**, v. 38, n. 2, p. 303-327, 2022. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/21599165.2022.2037079>. Acesso em: 9 nov. 2022.

MEYER, Emílio. Illiberalism in Brazil: From Constitutional Authoritarianism to Bolsonarism. **The Journal of Illiberalism Studies** (no prelo). Disponível em: [https://virtual.ufmg.br/2022/pluginfile.php/317936/mod\\_resource/content/1/Illiberalism%20in%20Brazil%20Meyer%202022%20May%202022.pdf](https://virtual.ufmg.br/2022/pluginfile.php/317936/mod_resource/content/1/Illiberalism%20in%20Brazil%20Meyer%202022%20May%202022.pdf). Acesso em: 9 nov. 2022.

MORAIS, Marcelo Maurício de. Governo Bolsonaro, um governo fundado em fake news? **Revista da APG**, v. 1, n. 1, 2022. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/apg/article/view/58843>. Acesso em: 9 nov. 2022.

PIRES, Bruno. **Equipe econômica pediu que Bolsonaro vetasse orçamento secreto**. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/equipe-economica-pediu-que-bolsonaro-vetasse-orcamento-secreto/>. Acesso em: 9 nov. 2022.

RUPNIK, Jacques. Is East-Central Europe Backsliding? From Democracy Fatigue to Populist Backlash. **Journal of Democracy**, v. 18, n. 4, p. 7-25, 2007.

RUPNIK, Jacques; ZIELONKA, Jan. Introduction: The State of Democracy 20 Years on: Domestic and External Factors. **East European Politics and Societies and Cultures**, v. 27, n. 1, p. 3-25, 2012.

SMILOVA, Ruzha. The Ideational Core of Democratic Illiberalism. In: SAJÓ, András. UITZ, Renata. HOLMES, Stephen (eds). **Routledge Handbook of Illiberalism**. Abingdon: Routledge, 2022, 177-203.





ZAKARIA, Fareed. The Rise of Illiberal Democracy. *Foreign Affairs* n. 76, v. 6, p. 22-43, 1997.

